

# EDITORIAL

Algo que não encontra opositores são propostas e louvores a uma cultura da cidadania. Nós, brasileiros, reconhecemos nossa escassa educação cívica, fruto historicamente construído de uma sociedade civil débil e cujo ônus se estende aos mais diversos espaços da vida nacional. Mas o avanço do civismo e o fortalecimento da sociedade civil, seu natural ancoradouro, entre nós são mais falados e propostos do que efetivamente realizados. A cultura cívica e o exercício da cidadania podem e devem ser medidos por pequenos e freqüentes atos cotidianos, inclusive coisas aparentemente banais como o respeito às regras de trânsito, ordenamento nas filas em que há que se esperar, e daí erguendo-se aos píncaros heróicos da vida nacional. No nosso país, o respeito às regras de convivência cidadã – em que se manifesta o respeito aos outros – é escasso. Todos são sôfregos em querer ter seus direitos respeitados, mas menos afoitos para que os outros sejam igualmente atendidos.

O cargo de editor de uma revista científica, como a *RAE - revista de administração de empresas*, é uma oportunidade interessante para se vivenciar o civismo na academia. A gestão de uma revista científica é uma demonstração de democracia acadêmica que se ancora na existência de uma sociedade civil atuante e onde todos são considerados igualmente cidadãos acadêmicos. O sistema de revisão pelos pares é uma demonstração de humildade pela qual todo autor submete sua produção ao julgamento de colegas, estando obrigado a acatá-lo.

Mas para que o sistema funcione adequadamente é necessário que parte dos membros da comunidade se disponha a atuar como avaliadores. São os conhecidos *referees*, escolhidos por sua competência, antigüidade e capacidade acadêmica. Devem ser eles próprios autores com publicações em seus currículos. E devem considerar que a condição de avaliadores é um serviço importante prestado à comunidade científica da qual são parte. Sem eles, não poderiam existir periódicos; nem eventos acadêmicos, como congressos e encontros, seriam possíveis. Veja-se que os últimos EnAnpads – Encontros da Anpad – contaram com cerca de 3 mil submissões. Os encontros de áreas, como o de organizações, estratégia, *marketing*, e governo e administração pública, têm contado também com respeitável número de submissões. Todos se regozijam com o aumento da produção científica, mas talvez não a associem à pressão criada sobre a base de avaliadores.

A *RAE* vem recebendo mais de 300 submissões anuais. Nossa base de avaliadores é relativamente ampla. Não é possível lamentar a falta de colegas que ao longo dos anos vêm se dispondo a trabalhar como avaliadores. Essas submissões atingem ainda os outros periódicos, cujos editores também têm seus momentos de atribulação resultante do próprio sucesso.

O editor tem que estar atento para não demandar excessivamente de sua base de avaliadores, que generosamente oferecem seu tempo e habilidades para uma tarefa cidadã, mas anônima e com pouco reconhecimento formal. Isso o leva a ter que adotar a rejeição liminar, quando se sente competente para tanto, ou se valer de editores associados, quando lhe falta competência na matéria versada no artigo. Mas com tão elevado número de submissões não é possível “poupar” muito os avaliadores. Estes passam a ter que dedicar ao processo mais tempo do que desejariam, e talvez, até mesmo, mais tempo do que efetivamente dispõem.

A essa altura os editores começam a enfrentar as dificuldades do processo. Muitos colegas simplesmente deixam de avaliar sem comunicar sua decisão ao editor. Isso acarreta inevitáveis turbulências e atrasos. Continua-se a esperar uma avaliação que infelizmente não chegará. Outros, embora o façam, não cumprem prazos. O tempo é um carrasco impiedoso quando se trata de periódicos. Nenhum leitor, especialmente se for assinante, tolera o atraso na publicação de um periódico. Mas talvez não se dê conta de quanto do exercício da cidadania no universo da academia é necessário para que possa receber o seu exemplar sem atrasos.

A associação entre a boa cidadania acadêmica e tarefas de avaliação de artigos e trabalhos me parece pertinente. Alguns se eximem, em princípio, das tarefas de avaliação. Outros já as aceitam com atitudes que vão da satisfação à resignação. Não se pode afirmar que a tarefa seja fácil, nem que demande pouco tempo. Especialmente no momento atual, quando trabalhamos para melhorar a qualidade de nossas avaliações, aproximando-as do que se faz em periódicos de circulação internacional e que são considerados de vanguarda nas áreas respectivas. Ser avaliador implica a generosidade de partilhar um escasso recurso que é o tempo. Os avaliadores estão sujeitos às mesmas pressões para publicar a que estão submetidos os autores dos artigos que avaliam. Na verdade, dedicar tempo a avaliar trabalhos dos outros é grande prova de generosidade no exercício da cidadania acadêmica.

Não se trata de enquadrar essa generosidade como manifestação de amor-caridade para com o próximo. Essa seria uma perspectiva válida de um ponto de vista religioso. Não no universo da cidadania, que é secularizado. A cidadania envolve o chamado “interesse próprio esclarecido”. Não nos tornamos bons e dedicados avaliadores porque estamos a praticar um ato de amor-caridade para com os autores, mas simplesmente porque desejamos ser avaliados da maneira como avaliamos: com rigor, seriedade e pontualidade. Isso evita que sejamos prejudicados, da mesma forma que, ao avaliarmos, evitamos prejudicar os outros.

**Carlos Osmar Bertero**  
Diretor e editor